

FOME E SEGURANÇA, SOBERANIA ALIMENTAR EM ANGOLA: AGENDAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE¹

Edmilson Ricardo Ramos Garcia²

RESUMO

O presente artigo propõe compreender o papel das agendas de segurança alimentar na luta contra a fome em Angola. Para compreender as questões envolvidas neste artigo, adotou-se uma pesquisa documental – exploratória e explicativa -, organizada em quatro subtópicos. O primeiro aborda o debate da fome e da segurança alimentar no Sistema Internacional (SI). O segundo tópico se debruça na apresentação do olhar sobre a fome e as agendas de segurança alimentar e nutricional em Angola. Já o terceiro aborda as agendas internacionais de segurança alimentar e nutricional. O quarto tópico destaca as agendas adotadas pelo governo angolano para a superação da fome e alcançar a segurança alimentar e nutricional. Posterior a este desenvolvimento é apresentada algumas reflexões sobre estes tópicos e as conclusões finais. No artigo compreende-se que o papel das agendas de segurança alimentar na luta contra a fome é de estabelecer estudos, planos e estratégias, alguns por parte de agendas internacionais traduzidas em esforços nacionais; e outras organizadas por parte de setores do governo angolano.

Palavras-chaves: Finanças internacionais. Política alimentar - Angola. Segurança alimentar - Angola.

ABSTRACT

This article proposes to understand the role of Food Security agendas in the fight against Hunger in Angola. To understand the issues involved in this article, a documental research - exploratory and explanatory - was adopted, organized into four subtopics. The first addresses the debate on Hunger and Food Security in the International System (IS). The second topic focuses on the presentation of the view on Hunger and the Food and Nutrition Security (FNS) agendas in Angola. The third addresses the international food and nutrition security agendas. The fourth topic highlights the agendas adopted by the Angolan government to overcome Hunger and achieve Food and Nutrition Security. After this development, some reflections and the final conclusions are presented. The article understands that the role of Food Security agendas in the fight against hunger is to establish studies, plans and strategies, some on the part of international agendas translated into national efforts; and others organized by sectors of the Angolan government.

Keywords: Food policy - Angola. Food security - Angola. International finance.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

As relações no Sistema Internacional³ são pautadas por interesses comuns ou conflitos de interesses. Este fato acaba influenciando a forma como os Estados vão se movimentar e se relacionar. O debate sobre a fome no campo das Relações Internacionais está interligado com os estudos da segurança alimentar e nutrição no mundo, que acaba sendo influenciado também por estes interesses (políticos e econômicos), resultado das ações ligadas diretamente pelos Estados ou indiretamente pelas ações dos Organismos Internacionais.

Nos últimos anos, diversos são os fatores que traçaram um novo rumo para não erradicar a fome, dentre estes fatores estão os conflitos, instabilidades climáticas e econômicas, sem falar nos problemas epidemiológicos que têm ocorrido cada vez mais. Dentre os fatores acima citados, a instabilidade econômica se configura como importante fator para este estudo, pois ele está estritamente relacionado com os interesses políticos dos atores no Sistema Internacional que acabam por desencadear todo esse desequilíbrio gerador da pobreza e subseqüentemente a fome.

Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão aprofundada sobre o impacto das ações de atores como Estados, Organizações Governamentais e não Governamentais e todos aqueles ligados diretamente ligados à questão do combate à fome. Essa reflexão sobre o impacto de tais ações, deve ser feita não somente sobre a situação global de segurança alimentar e nutricional, mas também sobre o impacto nas principais regiões em que o índice da fome e da pobreza são altos como em África e especificamente em Angola.

Assim, este artigo tem como objetivo principal, **compreender o papel das agendas de segurança alimentar na luta contra a fome em Angola**. Para tal, pretende-se estabelecer um paralelo das agendas internacionais de combate à fome com as agendas estabelecidas em Angola. Este paralelo é justificado pelo fato de que, muitas das políticas e interesses estabelecidos nas agendas de combate à fome pelas principais Organizações Internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial, são direcionadas para as sub-regiões da África e acabam tendo um forte impacto no estabelecimento das políticas nacionais de combate à fome.

³ Um sistema é um conjunto de unidades inter-relacionadas, que através de uma estrutura e de um processo enquadra e define os fins e instrumentos da sua atividade. O processo diz respeito ao padrão de relacionamento e tipos de interação entre as unidades do sistema. Estas unidades políticas são, no presente sistema vestefaliano, sobretudo os Estados, mas não unicamente. O sistema internacional não abrange apenas os Estados mas todo o tipo de atores sejam eles estatais ou não estatais existentes no sistema, como no caso das organizações internacionais, organizações não governamentais, atores sociais. Sousa (2005).

Outro fator que justifica este estudo é o fato do crescimento significativo da insegurança alimentar moderada ou grave na África, América Latina e Caribe em 2020. Segundo os dados do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo de 2021 publicado pela FAO, em comparação com o ano de 2019 “cerca de 46 milhões de pessoas a mais na África, 57 milhões a mais na Ásia e cerca de 14 milhões a mais na América Latina e no Caribe foram afetadas pela fome em 2020” (FAO, p. 8, 2021)

Segundo os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura no estudo sobre o Estado da Segurança Alimentar e

Nutricional no Mundo, em 2020, cerca de 2,37 bilhões de pessoas enfrentaram a insegurança alimentar moderada ou grave.

Segundo a definição aprovada na Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) de 1996 em Roma, a Segurança Alimentar é a condição de “existência de forma permanente, ao acesso físico e econômico aos alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996).

Ainda segundo os dados apresentados pelo relatório, se compararmos o número de pessoas afetadas pela fome em 2020 em comparação a 2019, a África assinalou cerca de “46 milhões de pessoas a mais e 57 milhões na Ásia e cerca de 14 milhões a mais na América Latina e no Caribe” (FAO, 2021, p. 8).

Embora a pandemia do novo coronavírus afetou drasticamente no aumento do número de pessoas na afetadas pela fome, “a África e a América Latina já registravam um aumento na inacessibilidade de dietas saudáveis entre 2017 e 2019”, períodos antecedentes a pandemia do Covid-19. (FAO, 2021, p. 8).

Segundo os dados da prevalência⁴ de desnutrição no mundo entre 2005-2020 publicado pela FAO (2021), a África apresentou uma média de 18.5 de crescimento da fome nestes 15 anos de estudo, sendo que a Ásia registrou 8.5 América Latina e Caribe 7.3, Oceania 6.1 e América do Norte e Europa 2.5. (FAO, 2021)

Levando a seriedade do problema que é a fome, será observado a fome não apenas como um problema a ser pensado (em relação ao seu combate) de forma global, mas também como um problema que deve ser encarado e combatido no âmbito nacional (formulando e implementando políticas de combates efetivas), mesmo que em paralelo com as agendas de combate a fome por agências internacionais.

⁴ Neste estudo, a prevalência referir-se-á ao número, indicativo e proporção de crescimento da fome numa determinada população, espaço e momento temporal.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, uma metodologia adequada faz-se necessária. A escolha do tipo de pesquisa deve ser em função da adequação do mesmo em relação ao que se pretende estudar. Neste sentido, para alcançar os objetivos propostos, ganhará destaque a pesquisa documental – exploratória e explicativa.

A escolha deste tipo de pesquisa foi dada pelo fato de que, ela nos permite um estudo de fatos ou pessoas que não poderíamos estabelecer contato, por motivos temporais ou de distância e por possuir uma gama diversificada de apuração de materiais. Para este trabalho, utilizaremos a pesquisa documental tendo como base análise qualitativa.

Será levado em consideração neste artigo, planos de desenvolvimento nacional, quadros legislativos, políticas programas nacionais e internacionais de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional, gráficos, quadros e mapas que nos ajudaram a ter uma percepção real do fenômeno estudado.

Este artigo está dividido em três subtópicos. O primeiro aborda o debate da fome e da soberania alimentar no Sistema Internacional (SI), contextualizando e criando reflexões em torno do conceito, surgimento e evolução histórica da fome, bem como o papel das organizações internacionais no processo evolutivo de combate à fome. O segundo tópico se debruça na apresentação das agendas internacionais direcionadas ao combate à fome em África. Já o terceiro e último tópico, aborda as agendas desenvolvidas pelo governo angolano no combate à fome. Posterior a este desenvolvimento é apresentada as considerações finais do artigo.

2 O DEBATE DA FOME E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO SISTEMA INTERNACIONAL

2.1 DEBATE DA FOME

Diversas são as percepções e definições em torno do debate da fome, este fenômeno tornou-se uma dimensão geradora de reflexões sobre o mundo, moldando e transformando a maneira como a humanidade enxerga a si próprio, bem como as suas responsabilidades e relações tanto para com o Estado como o mercado.

É interessante perceber as dimensões (atribuições, formas e rumos) que a fome vem ganhando em meio às reflexões apresentadas para sua compreensão ou definição. Por exemplo, várias são as reflexões do tratamento da fome como algo independente da educação humana, e

sim uma ação cultural e também uma condição material. “A fome se posiciona na fronteira do fisiológico e o psicológico, entremeado pela cultura.” (Borghini, 2013).

O escritor brasileiro do combate à fome Josué de Castro, (2003) atribuiu à fome uma dimensão política e social resultante da ação humana, atrelada à pobreza e às desigualdades sociais, onde os que se encontram em situações de vulnerabilidade são os mais afetados. Estas ações humanas podem ser percebidas como o produto das relações de exploração capitalista e de controle econômico e político, que se fragmentam ou tornam-se evidentes pela distinção e hierarquização do poder geopolítico entre os Estados. Este poder é estabelecido no sistema internacional por meio do controle e influência dos Estados no comércio internacional.

A luta para definir e regular a fome teria produzido suas próprias redes de poder, suas próprias representações políticas, seu próprio entendimento das responsabilidades de governo, e suas próprias formas de estadismo
(Vernon, 2007, p. 8).

Por muito tempo a fome foi negada a uma questão social atribuída a sua causa como um produto da natureza. Esse pensamento só foi superado, ou ao menos passou a ser questionável, e considerado um problema mundial, após as grandes economias, principalmente do continente europeu no século XX, terem sido devastadas. Os governos de várias nações se viram obrigados a enfrentar de forma conjunta esta nova realidade que estava posta, com o objetivo de garantir a segurança alimentar dos seus cidadãos (Castro, 2003).

Seguindo esta forma conjunta para atenuar e radicalizar a fome, a Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 adotou no *Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* no seu artigo 11º, o direito humano à alimentação, definindo:

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna.

É interessante observar a evolução histórica da fome e o aparecimento da sua preocupação, bem como a inserção da segurança alimentar e nutricional no sistema internacional. Essa compreensão nos ajudará a ter um panorama geral do quadro real em que se situa a fome como a segurança alimentar e nutricional nos dias atuais. Neste sentido, considerando a evolução histórica, vale destacar a preocupação de diferentes governos com o acesso e disponibilidade dos alimentos no período das duas grandes guerras (I Guerra Mundial e II Guerra Mundial).

A preocupação com a fome, bem como a sua implementação no seio nacional e internacional, sempre esteve relacionada com os interesses de diferentes atores sociais, sejam eles de muito ou com pouco poder de influência política. Após a I Guerra Mundial (1914-1918), começaram a surgir as primeiras *preocupações com a fome*, pois, o cenário deste período (pós guerra) levou os governos a se preocuparem com a auto suficiência alimentar dos seus países.

Essa autonomia alimentar foi uma das formas encontradas pelos Estados (especificamente as grandes potências da época) para produzir sua alimentação e concomitantemente evitar a vulnerabilidade a logísticas alimentares, prevenindo-se de sabotagens militares e políticas. Com o avanço da guerra, a preocupação com a fome começa a ganhar maior destaque do que antes, e este destaque deve-se ao fato de que, durante o período da II Guerra Mundial (1939-1945), se constatou que os países em guerra estavam enfrentando dificuldades para produzirem seu próprio alimento, desencadeando privações de acesso e disponibilidade de alimentos, gerando fome, problemas de saúde e mortes. Sem sombras de dúvidas, a II Guerra Mundial acabou por ter impactos maiores e mais significativos, transcendendo a linha de fronteiras europeias, afetando todo o sistema econômico mundial.

Preocupar-se com a fome significava preocupar-se com a manutenção e sobrevivência das estruturas de controle social, e até mesmo de tudo que o Estado representava. Para poder contrapor essa realidade e assegurar essa necessidade, foi dado ênfase na questão de produção, para resolver o problema de escassez de alimentos e expandir comercialmente os produtos para os países que tinham o poder de aquisição, e o que sobrava por assim dizer, era re-distribuído e comercializado com os países pobres.

Em um cenário marcado pela busca incessante pela hegemonia política e econômica pós II Guerra Mundial⁵, a fome e a pobreza “passou a ser um elemento estratégico importante no jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial, a fim de evitar quadros de instabilidade social e políticas em países pobres e gerar processos revolucionários” (SILVA, 2014. P. 11).

Neste período se intensificaram as cooperações internacionais para a luta contra fome e a pobreza no mundo, sendo estabelecido estratégias efetivas por meio da criação de organizações e acordos internacionais, com o objetivo de discutir temas “como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura, ajuda humanitária” (Silva, 2014 P. 9), entre outros temas afins que afligiam a humanidade e aos interesses das organizações e dos Estados membros.

⁵ O período pós II Guerra Mundial foi marcado pela tensão geopolítica, onde de um lado estava os Estados Unidos, líder do bloco capitalista (Ocidental) e seus respectivos aliados, e da outra extremidade o bloco comunista (Oriental), liderado pela antiga União Soviética.

2.2 SISTEMA INTERNACIONAL NO COMBATE À FOME: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Neste processo de compreensão do combate à fome no SI, vale destacar quatro momentos importantes que contribuíram significativamente para o alinhamento de políticas para a erradicação da fome no Sistema Internacional.

- Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura – 1943;
- Criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO – 1945;
- Primeira Conferência Mundial para Alimentação organizada pela FAO – 1974.

Em 1943 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura, nela, foi instituída a declaração que categoriza a pobreza como a principal causa da fome e da desnutrição, apelando para a formulação e aplicação de políticas de desenvolvimento que pudesse permitir um poder de compra por parte da população e atender as necessidades diárias de alimentação saudável.

No ano de 1945, em 16 de outubro, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), um esforço internacional conjunto para acabar com a fome no mundo. Uma das suas principais metas é alcançar a segurança alimentar para todos, permitindo que as pessoas no mundo tenham acesso pleno e permanente a uma quantidade suficiente, e de boa qualidade, impactando positivamente na vida das pessoas, ajudando-os no bom desempenho de suas atividades e tendo uma vida saudável.

Diversas são as dificuldades que ao longo dos tempos vêm afligindo o nosso planeta, desde causas naturais (fenômenos ocasionados pela natureza, como no caso de mudanças climáticas), a causas forçadas (eventos resultantes da ação humana, como guerras, instabilidades políticas e econômica, fome e insegurança alimentar proveniente dessas causas forçadas). Face a estes aspectos, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, configura-se como uma organização de extrema importância, pois a sua preocupação está diretamente relacionada a solucionar estes problemas. E isso fica evidente desde os seus objetivos, como nas suas ações efetivas para o combate da fome e segurança alimentar no mundo.

Em 1974 foi realizado a Primeira Conferência Mundial para Alimentação organizada pela FAO, onde ficou evidente no documento final (Declaração Universal sobre a Erradicação

da Fome e Desnutrição), que a segurança alimentar só seria conquistada se fosse estabelecida a garantia de suprimento alimentar em uma escala de nível mundial⁶.

Mais importante do que se concentrar na produção, é a definição e aplicação de políticas de armazenamento e oferta de alimentos. Este foco nos leva a seguinte definição da FAO afirmando que:

Segurança Alimentar e Nutricional existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico à alimentação em quantidade e qualidade suficientes em termos de variedade, diversidade, conteúdo nutricional e segurança para atender suas necessidades de dieta e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável, associada a um ambiente sanitário, saúde adequada, educação e cuidado. (FAO/AGN, 2011).

Segundo a FAO (2006), a Segurança Alimentar e Nutricional se baseia em quatro pilares fundamentais: Disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. A disponibilidade diz respeito ao fornecimento de quantidades suficientes de alimentos fornecidos por meio da produção, comércio e ajuda humanitária. Já o acesso diz respeito aos recursos adequados e direitos que os indivíduos têm para adquirir alimentos apropriados para uma alimentação saudável. A utilização está relacionada com a viabilidade de utilização dos alimentos para atingir o estado de bem estar onde as necessidades humanas são atendidas. A estabilidade se relaciona com a continuidade do cumprimento dos três pilares citados acima (FAO, 2006).

Apesar de todos os avanços significativos para a construção de um conceito de segurança alimentar que no seu bojo pudesse expressar estes pilares estabelecidos pela FAO, vemos que ela recai em duas esferas. A primeira esfera relaciona-se com a garantia da produtividade e disponibilidade pautadas no atendimento aos interesses do mercado global e do capital industrial e agropecuário, e a outra esfera como um problema global associado à pobreza.

Para enfatizar a estreita ligação entre a fome e a pobreza e como elas se influenciam, Silva cita Jonsson (1989):

Ademais, quanto mais pobre uma família, maior o peso relativo dos gastos com alimentação sobre sua renda total, o que compromete seriamente o acesso a outros bens e serviços necessários. Ou então, qualquer necessidade de gasto extra afeta a própria capacidade de satisfação de suas necessidades alimentares básicas. (JONSSON, 1989, p. 55. apud SILVA, 2014, p. 11)

⁶ Faz-se necessário ampliar o entendimento da segurança alimentar com a concepção de soberania alimentar. Segundo a declaração de Roma da Via Campesina 1996: "A alimentação é um direito humano básico. Este direito só pode ser assegurado num sistema em que seja garantida a Soberania Alimentar. A Soberania Alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos de seus povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossa própria comida em nosso próprio território. A Soberania Alimentar é uma condição prévia para uma segurança alimentar genuína".

Quadro 1 - Fatores determinantes da fome

Fatores	Descrição
Históricos	Toda sociedade tem uma história que pode ser entendida como a interação entre economia, política, ideologia etc. Nesse contexto, a fome pode advir de diversos fenômenos, como: imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, escravidão, êxodo rural, leis de herança, guerras, estamentos sociais etc.
Tecnológicos e Ecológicos	São relacionados às condições materiais e técnicas de produção (recursos potenciais), tais como: recursos naturais, clima, fertilidade do solo, know-how tecnológico.
Econômicos	São relacionados às condições sociais de produção (estrutura econômica da sociedade), e envolvem: relações de propriedade, posse ou acesso a meios de produção, estrutura de poder, normas de exploração do trabalho etc.
Culturais e Ideológicos	Envolvem fatores relacionados à superestrutura da sociedade, tais como: ideologia, religião, opiniões, concepções morais, crenças e hábitos, leis tradicionais etc.
Políticos	São principalmente relacionados à estrutura e funcionamento do Estado, tendo por base: estrutura de poder (militar e política), legislação e as cortes, direitos democráticos, política fiscal, organização de poder do Estado etc.

Fonte: JONSSON, 1989, p. 55. apud SILVA, 2014, p. 12

É a partir do anterior que este trabalho propõe compreender o papel das agendas de soberania e segurança alimentar, para a erradicação da fome em Angola.

3 UM OLHAR SOBRE A FOME E AS E AGENDAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA

Antes de considerar as agendas nacionais e internacionais de combate e erradicação da fome em Angola, baseadas na construção de políticas e agendas de segurança alimentar, faz-se necessário compreender brevemente o quadro real da pobreza em Angola, uma vez que a fome “é uma dimensão política e social resultante da ação humana atrelada à pobreza” como foi salientado anteriormente por Josué de Castro, (2003).

A compreensão destes índices nos ajudará a entender a necessidade e urgência da aplicação de políticas ou agendas, e a estabelecer um olhar crítico, analítico, bem como fomentar a necessidade de criação de estratégias, planos de desenvolvimento para a superação da pobreza e conseqüentemente da fome

3.1 INDICADORES DA POBREZA EM ANGOLA

A pobreza faz parte dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) delineados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) onde prevê 244 indicadores interligados para compreender o progresso bem como os desafios de ordem global para prosperidade e justiça para todos. Dentre os diversos objetivos, a erradicação da pobreza em todas as suas formas encontra-se em primeiro lugar. E para vermos como a fome é realmente uma dimensão extremamente importante e relacionada a pobreza, o ODS de número dois é fome zero, ou seja, os dois primeiros objetivos de desenvolvimento sustentável “andam de mãos dadas”

No intervalo de tempo entre 2015-2016, foi criado um Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IMS) baseadas em consultas públicas, que serviu de base para a realização do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A) em 2020, um índice que visa quantificar a pobreza multidimensional em Angola. Os dados fornecidos por este índice servirão de base para a nossa análise, e como questão de fidedignidade das informações, vale ressaltar que os dados são estimativas baseadas em consultas, tendo uma margem de erro, porém, segundo os levantamentos e tratamentos dos dados do IPMA, ela apresenta um intervalo de confiança de 95%.

É preponderante termos em mente três variáveis ou indicadores para a compreensão da pobreza:

- **Taxa de incidência de pobreza**, que corresponde a percentagem de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres;
- **Taxa de intensidade de pobreza** que corresponde à média de privações ponderadas que sofrem as pessoas multidimensionalmente pobres;
- **Taxa de incidência ajustada** ou o valor real do IPM, combina a incidência e a intensidade da pobreza.

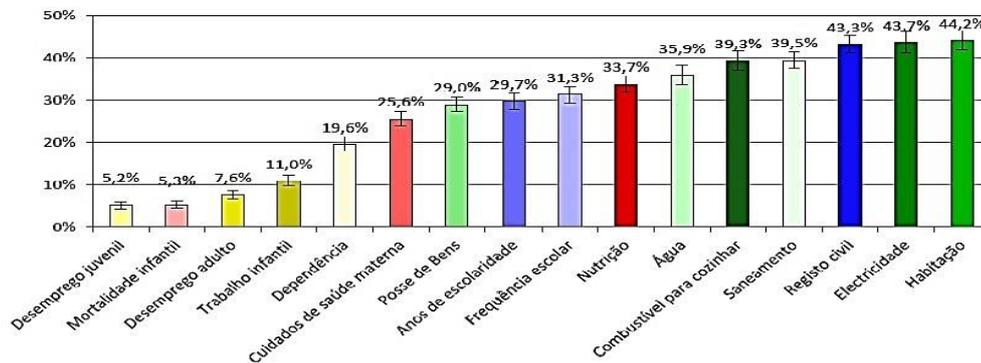
Segundo os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2020, obtidos pelo levantamento do IMS 2015-2016, a incidência da pobreza em território nacional era estimada em 54,0%, já a taxa de intensidade média da pobreza de 48,9% e a taxa de incidência ajustada ou IPM de 0,264. Estabelecendo uma relação com o número da população angolana, essa percentagem nos diz que, 5 pessoas em cada 10 são multidimensionalmente pobres em Angola.

Quadro 2 - IPM-A, incidência e intensidade, IMS 2015-2016

Linha de pobreza	Descrição	Valor	Intervalo de confiança (95%)	
30%	IPM-A	0,264	0,252	0,276
	Incidência %	54,0	51,7	56,3
	Intensidade %	48,9	48,2	49,6

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IMS 2015-2016

Mais de 4 em cada 10 angolanos são pobres com privações em indicadores relacionados diretamente com a segurança alimentar, como é o caso da nutrição (33,7%), água (35,9%), combustível para cozinhar (39,3%) e saneamento (39,5%). Embora não seja o nosso foco, 12 dos 16 indicadores apontados neste levantamento são importantes para avaliar a situação de bem estar da população angolana.

Gráfico 1 - Taxas de privação censuradas (linha de pobreza: 30%), IMS 2015-2016

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IMS 2015-2016.

O objetivo de apresentar o IPM-A não foi de simplesmente medir o nível de pobreza do País, mas sim, criar uma reflexão da situação real de vulnerabilidade dos angolanos, para analisar e compreender o papel da soberania e segurança alimentar na luta contra a fome em Angola, em especial compreender a urgência e importância das políticas e agendas nesta luta. Tendo conhecido o quadro da pobreza e vulnerabilidades em relação à insegurança alimentar em Angola, podemos afirmar que existe uma necessidade de ações/agendas para a superação da fome e alcançar a segurança alimentar. **3.2 Fome e Segurança Alimentar em Angola**

O levantamento realizado pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (baseado nas estimativas existentes da taxa de prevalência da má nutrição em Angola), sobre o Orçamento do Estado Angolano para a Nutrição, segurança

alimentar e agricultura em 2018, revelou que em Angola, a má nutrição é responsável pela morte de “42 mil a 76 mil crianças com idades que compreende entre os 0 e os 5 anos”. Face a estes dados preocupantes, vale destacar que o investimento de “70 milhões de Kwanza (o que corresponde a 270 mil USD) destinado ao Programa de Nutrição do Ministério da Saúde em Angola traduz-se em apenas 38 Kwanzas (0,15 USD) por criança mal nutrida para o ano inteiro”. (UNICEF, 2018 p. 5)

O número de fatalidades em detrimento deste problema é muito preocupante. A má nutrição é um problema muito grave de saúde pública, e ela acarreta consigo sérios problemas (para além dos números dos óbitos como já mencionado) tais como: a redução das capacidades cognitivas e de aprendizagem do indivíduo, abandono escolar, o impedimento de um desenvolvimento físico e emocional pleno e saudável.

Segundo o Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População (IBEP) de 2008/2009, a mortalidade de crianças dos 0 aos 5 anos reduziu na sua relação de 194 por 1000 nados vivos, para 68 por 1000 crianças. Porém, o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IMS) de 2015-2016 revelou que continua elevada a mortalidade infantil.

Com o agravamento da crise econômica que se instaurou a partir de 2014, que resultou no baixo investimento público, verificou-se um quadro do aumento da má nutrição em todo território nacional. Podemos ver esta evolução a partir da comparação dos dados fornecidos e representados graficamente pelo Departamento de Saúde Reprodutiva da Direção Nacional de Saúde Pública de 2017.

Mapa 1 - Prevalência a Desnutrição Crônica 2006 – 2007



Mapa 2 - Prevalência a Desnutrição Crônica 2015 - 2016

Fonte: Departamento de Saúde Reprodutiva, Direção Nacional de Saúde Pública. Evolução dos Principais Indicadores de Nutrição. V Encontro Metodológico de Nutrição. 21-23 Novembro de 2017. Ministério da Saúde.

Por outro lado, segundo a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSEN) de Angola de 2009, a vulnerabilidade é formada por três aspectos: “a exposição aos riscos e choques, a sensibilidade dos meios de existência em relação a estes riscos e a capacidade de fazer face ou se adaptar aos mesmos”. E entre os vários tipos de vulnerabilidades encontradas, vale a pena destacar para este trabalho, a “vulnerabilidade alimentar” ou insegurança alimentar. (ENSEN, 2009).

Segundo ainda o ESSEN, as principais características da vulnerabilidade alimentar em Angola estão associadas as seguintes causas:

- Práticas agrícolas pobres sem insumos agrícolas;
- Pobreza, poucos bens produtivos ou domésticos no nível do agregado familiar;
- Grande sensibilidade aos riscos;
- Grande densidade populacional localizada, resultando em um acesso limitado a terras agrícolas;
- Poucas opções de diversificação da renda;
- Falta de acesso a serviços e infraestruturas básicas;
- Pouco acesso a serviços básicos.

Existe uma complexidade da compreensão das causas dessas vulnerabilidades, uma vez que, elas são resultado de diferentes fatores que podem variar dependendo do lugar, grupos sociais, e o tempo. Veremos no quadro a seguir, as causas diretas e indiretas da insegurança alimentar em Angola apontadas pelo ENSEN 2009.

Quadro 3 - Causas diretas e indiretas da insegurança alimentar em Angola 2009

Causas Diretas	Causas Indiretas
<p>Conflito armado que o país vivenciou ao longo de várias décadas, que provocou o deslocamento de populações do meio rural para as principais cidades.</p> <p>Produção agropecuária insuficiente.</p> <p>Baixo nível de rendimento das famílias.</p> <p>Baixo acessibilidade e poder de compra de alimentos face ao agregado familiar.</p> <p>Desastres naturais (secas e cheias).</p> <p>Falta de cuidados alimentares e pouco conhecimento nutritivo de alguns alimentos.</p> <p>Baixo acesso às estruturas de saúde e água potável</p>	<p>Difícil acesso às áreas de produção em virtude da presença de minas terrestres.</p> <p>Baixo nível de escolaridade, principalmente no meio rural.</p> <p>Altos custos de transporte para escoamento dos excedentes comercializáveis.</p> <p>Cobertura vacinal inadequada.</p> <p>Altos níveis de pobreza extrema.</p> <p>Deficiente acesso à água potável e ao saneamento básico.</p>

Fonte: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSEN), 2009.

Dentro das causas diretas da insegurança alimentar em Angola um ponto importante vale ser desenvolvido. Após a sua independência em 1975, Angola vivenciou um período de instabilidade política, que culminou em um guerra civil entre os dois principais partidos políticos para a libertação de Angola (Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA e União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA), que perdurou 27 anos (1975 a 2002). Esta guerra acarretou impactos negativos significativos, como a destruição de quase toda infraestrutura do país, fome, deslocados, solo minado por explosivos entre outros estados de mazelas.

É bem verdade que Angola alcançou um cessar fogo conquistando a “paz”, porém, existem ainda alguns problemas que persistem na sociedade angolana, como é o caso da fome, que é resultante também da instabilidade econômica e pela falta de um compromisso efetivo no estabelecimento e cumprimento de políticas sociais.

A economia de Angola é totalmente dependente do petróleo, e quando este apresenta uma queda dos preços do barril, toda economia é afetada, aumentando a inflação que acaba

afetando diretamente na capacidade dos cidadãos (principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica) terem verbas suficientes para adquirir os bens alimentícios, bem como acessar aos produtos e serviços pagos.

Segundo as informações obtidas pelo Banco Mundial (2022), durante anos, Angola sofreu com os efeitos da descida dos preços do petróleo e dos níveis de produção, o setor petrolífero representou um terço do produto interno bruto (PIB) e cerca de 95% das exportações, que diminuiu acentuadamente. Com a pandemia do COVID-19, o PIB contraiu-se em 5,5%, no quinto ano consecutivo de recessão e um declínio do PIB de 9,9%.

Existe uma necessidade de diversificação da economia, no sentido de diminuir essa dependência do petróleo, e explorar fontes alternativas com potencial de desenvolvimento, como é o caso da agricultura e pesca, uma vez que, “Angola é um dos países com maior potencial agrícola em todo o mundo, tendo 58 milhões de hectares aráveis” e o vasto litoral em projetado para o oceano Atlântico. (EURONEWS, 2017).

Em virtude deste cenário envolvendo a má nutrição em Angola, faz-se necessário compreender as políticas, planos, e agendas de programas amplos de políticas públicas⁷ para o desenvolvimento sustentável e superação da fome, bem como alcançar a segurança alimentar e nutricional.

Salientar que essas ações, são desenvolvidas e pensadas a partir de atores internacionais (organizações internacionais governamentais, instituições transnacionais não governamentais), assentadas em acordos internacionais ou em parcerias bilaterais, bem como pelo próprio Estado, por intermédio das ações do governo.

Neste sentido, visando a compreensão do que nos propomos (agendas), será destacado em um primeiro momento, as agendas internacionais envolvendo a fome, segurança e soberania alimentar. Posterior a esta consideração, será dada atenção às agendas nacionais de Segurança e Soberania Alimentar em Angola.

4 AGENDAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável idealizada e formulada pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas, se configura como importante elemento

⁷ Mead (1995) define políticas públicas “como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo, à luz de grandes questões públicas”. Peters (1986) define política pública como a “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

de compreensão da Segurança e Soberania Alimentar no mundo. Dizemos isso em função da visão que a constitui, que está relacionada com a superação das principais necessidades que afligem as pessoas, tanto em países em vias de desenvolvimento, quer nos países desenvolvidos, dando assim a esta agenda, um perfil global.

São várias as dimensões do desenvolvimento sustentável que esta agenda se propõe atingir. Isto fica evidente pela quantidade de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados na sua concepção, que são 17. Embora todos os objetivos estejam relacionados (uma vez que, o objetivo geral é o desenvolvimento sustentável), nos importa salientar os objetivos diretamente ligados ao nosso fenômeno ou construto de pesquisa. O objetivo de número 2, da Agenda de Desenvolvimento Sustentável apresenta a seguinte disposição: “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. (ONU, 2015).

Um ponto importante para realçar, é o fato de que, embora a aplicação das metas nas estratégias dependam de políticas e processos de planeamento em nível nacional, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não depende exclusivamente dos governos, ela necessita de parcerias e acordos de caráter global, com intervenção tanto da sociedade civil, do sector privado, dos órgãos de comunicação bem como pela própria Nações Unidas.

Em conformidade com o objetivo número dois da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar...), a FAO Angola no seu site eletrônico sob o lema “Fome zero e agricultura sustentável”, estabelece os seguintes objetivos até 2030:

- Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
- Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros

recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
- Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
- Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.
- Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Estes objetivos são traduzidos de maneira prática por meio da aplicação de programas, acordos e parcerias. Neste sentido irei apresentar uma parceria entre a Organização das Nações Unidas em apoio ao governo angolano e três programas desenvolvidos por agências internacionais para a superação da fome e Soberania e Segurança alimentar em Angola.

4.1 QUADRO DE PARCERIA ENTRE O GOVERNO DE ANGOLA E O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNPAF) 2020 – 2022

A UNPAF é uma parceria construída por meio da cooperação entre as Nações Unidas e o Governo de Angola com o intuito de orientar as intervenções das diversas agências da ONU em território angolano (UNCT), para o desenvolvimento sustentável.

A UNPAF é um elemento da estratégia formada para apoiar na formulação e aplicação de políticas nacionais a fim de alcançar os resultados aos objetivos traçados para o

desenvolvimento de Angola. (ANGOLA, 2019). E esta parceria está de acordo com os documentos estratégicos nacionais, tais como a Lei Constitucional angolana, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018 – 2022.

Dentro da sua lógica de parceria do governo angolano e a ONU, está elencado a preocupação para a segurança alimentar e nutricional, onde é proposto uma ação conjunta para a melhoria da segurança alimentar e nutricional em Angola. No quadro do fortalecimento dessa relação, a Organização das Nações Unidas assumirá o papel de gestor e operador do sistema de saúde em Angola.

4.2 PROGRAMA DE NUTRIÇÃO NO SUL DE ANGOLA - FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

A UNICEF em Angola trabalha com representantes do governo das províncias, nomeadamente as províncias de Benguela, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Luanda e Namibe para o fornecimento de serviços nutricionais de cadeia essencial e de qualidade para mais de 20.000 crianças abaixo de 5 anos de idade, afetadas pela desnutrição aguda severa. (ANGOLA, 2022).

Metade dos serviços fornecidos pela UNICEF no sul de Angola são financiados pela União Europeia, como parte de um apoio ao combate da seca que aflige o território árido do sul do país. Dentre os valores apresentados pela UNICEF deste suporte financeiro, “1 milhão de euros foi aplicado em 2021 e 2 milhões de euros em Abril de 2022”. Segundo a UNICEF, estes valores irão permitir a compra entre final de 2022 a julho de 2023, aproximadamente 12.600 caixas de alimento terapêutico para o tratamento da desnutrição aguda severa. Estes valores também serão disponibilizados para ajudar na formação de profissionais do ramo da saúde a fim de que possam contribuir de maneira efetiva e adequada na gestão da desnutrição em Angola. (ANGOLA, 2022)

A conscientização e formação social sobre a nutrição é de extrema importância, se as pessoas não tiverem ciência do tipo de alimento bem como o processo de tratamento dos alimentos para consumo, pode acarretar sérios problemas, e um deles é a própria desnutrição. Neste sentido, os recursos disponibilizados por meio deste financiamento, irão contribuir também para a formação sobre o estado de desnutrição e tratamento adequado de 3.800 mães e cuidadores de crianças.

4.3 PROGRAMA FRESAN – FORTALECIMENTO DA RESILIÊNCIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA

Este programa é um esforço conjunto implementado pelo Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, pela FAO, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo Vall d’Hebron Barcelona Hospital e financiado pela União Europeia. Este programa tem como objetivo principal a redução da fome, da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional nas províncias do sul de Angola, territórios amplamente afetados pelas intempéries do tempo, como é o caso das províncias do Cunene e Namibe.

Segundo os dados de transferências fornecidos pela própria FRESAN no seu portal, a União Europeia já disponibilizou cerca de 65 milhões de euros para o período entre 2018 e 2024. Essa ação é composta pela iniciativa tanto da União Europeia como do governo Angolano para a superação da fome e da pobreza das comunidades afetadas pela seca. Este programa tem se configurado como um importante agente de combate à insegurança alimentar, e isso se evidencia pelo seu apoio e fortalecimento da agricultura familiar por meio de investimentos monetários e técnicos (FRESAN, 2022).

Uma das alternativas encontradas pela FRESAN para a superação deste quadro de insegurança alimentar instaurado nestes territórios angolanos citados, é o apoio a pequenos agricultores e desenvolver as áreas rurais, estimulando o crescimento econômico, integrado e sustentável para a melhoria da nutrição.

5 AGENDAS ADOTADAS PELO GOVERNO ANGOLANO PARA A SUPERAÇÃO DA FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para a compreensão das ações do governo angolano para a superação da fome e segurança alimentar e nutricional, abordaremos dois programas nacionais. O primeiro programa diz respeito à Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de 2009, e o segundo, trata-se do Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional de Angola, um programa relativamente recente, e que está incluída no Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola de 2018 - 2022.

5.1 POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A redução da fome e da pobreza se configura como uma das prioridades assentes no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Angola, e para o cumprimento dessas prioridades, foram traçados algumas estratégias para alcançar tais objetivos. É neste contexto que surge a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de 2009. Ela foi coordenada pelo Ministério da Agricultura de Angola por meio do Gabinete de Segurança Alimentar, e contou com o apoio de Organizações Internacionais como a FAO, Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

Segundo o manual de Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2009, o objetivo geral da ENSAN é: “contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola” (ENSAN, 2009).

Para alcançar este objetivo geral, vários objetivos específicos foram traçados, nomeadamente 7 objetivos, a saber:

- Aumentar e diversificar a produção agropecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as suas condições de vida.
- Garantir a disponibilidade, a estabilidade e sustentabilidade da oferta de produtos alimentares, favorecendo a interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de consumo de modo a restaurar o mercado interno.
- Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de proteção social, principalmente para os grupos mais desfavorecidos.
- Diminuir os níveis de malnutrição da população através da melhoria das condições de acesso à alimentação, aos serviços primários de saúde, educação e saneamento básico.
- Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à proteção da saúde pública e do consumidor.
- Criar e implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido, sistemas de monitorização da segurança alimentar e nutricional, bem como mecanismos de comunicação e informação às famílias.

- Criar uma plataforma Inter setorial de coordenação das políticas e ações em matéria de segurança alimentar e nutricional com participação da sociedade civil.

No que concerne a aplicação de medidas práticas ou efetivas, o governo angolano vem implementando desde o período de formulação deste plano estratégico, políticas e investimentos em alguns programas que visam impactar de forma positiva o processo da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. De acordo com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de 2009 essas políticas foram assentam nos seguintes aspectos:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Reabilitação e construção de infraestruturas de desenvolvimento (estradas, pontes, portos, aeroportos, escolas, hospitais, habitações, centros de logística e mercados);
- Restauração da produção agrária, pecuária e pesqueira;
- Promoção da iniciativa privada.

No quadro a seguir podemos ver as principais políticas e estratégias para SAN em Angola no ano de 2009.

Quadro 4 - Políticas que contribuem para a implementação da SAN em Angola

POLÍTICAS	ORGANISMO RESPONSÁVEL	OBJECTIVO
Estratégia de Combate à Pobreza	Ministério do Planeamento	Redução em 50% da proporção da população com menos de 1 dólar/dia, até 2015.
Política comercial	Ministério do Comércio	Age sobre a estrutura dos preços relativos, volume das importações e das exportações de bens e serviços e sobre a atividade comercial em geral.
Política Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	Visa assegurar uma vida saudável para todos os angolanos.
Política de desminagem dirigida	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Visa facilitar o assentamento das populações e a circulação de pessoas e bens para reduzir a vulnerabilidade.

Fonte: Quadro legislativo e institucional *apud* Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) 2009.

O quadro número 5 apresenta as principais ações já realizadas pelo governo angolano em relação à fome e má nutrição.

Quadro 5 - Instrumentos que concorrem para a implementação da SAN em Angola

Lei de terras	Estabelece mecanismos que permitirão a segurança da posse e uso da terra, com destaque para o sector familiar.
Lei da Defesa do Consumidor	Estabelece mecanismos para proteção do consumidor.
Lei das sementes	Estabelece o controle e fiscalização da produção, importação e exportação de mudas em todo o país.
Lei de Recursos Biológicos Aquáticos	Assegurar o uso racional e sustentável dos recursos biológicos aquáticos, do ambiente costeiro e ribeirinho.
Lei das águas	Promoção do uso sustentável das águas.
Lei da Sanidade Animal	Prevenção e combate às doenças dos animais.
Lei de Bases do Ambiente	Define os conceitos e os princípios básicos da proteção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais.

Fonte: Quadro legislativo e institucional *apud* Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) 2009.

5.2 PROGRAMA DE MELHORIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ANGOLA INCLUÍDA NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DE ANGOLA DE 2018 – 2022

Tendo realizado uma revisão do Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola, foi identificado dispositivos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. Estes dispositivos fazem parte do eixo 2, e abordam a “**Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional**”. O programa Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola, pretende:

Alcançar níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional no País, reforçando a articulação entre as instituições governamentais e a sociedade civil, na conjugação de esforços em relação à identificação dos problemas, à análise de situações e à proposta de eventuais soluções orientadoras, tendo em conta as estratégias setoriais. (PDN, 2018).

Quadro 6 - PDN: Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional

Programa: Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional
Objetivo 1: Melhorar a tomada de decisões sobre situações de insegurança alimentar através da implementação do Sistema Nacional de Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional. Objetivo 2: Assegurar o acesso da população a uma certa quantidade de produtos alimentares básicos, em condições de estabilidade da oferta.
Meta 1.1: O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é implementado na sua totalidade, até 2022. Meta 1.2: A rede agrometeorologia é implementada a nível nacional, até 2022. Meta 2.1: Em 2022, a Reserva Estratégica Alimentar deverá atingir uma dimensão da ordem das 75 mil toneladas do total das importações de bens básicos previstas trimestralmente.
Ações Prioritárias:
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar os níveis de insegurança alimentar dos agregados familiares, através do desenvolvimento de estudos sobre os meios de sustento dos agregados familiares e sobre os fluxos de mercados, escoamento e funcionamento dos mercados rurais e outras atividades económicas e sociais; - Capacitar técnicos para elaborar as folhas de balanço alimentar provinciais; - Concluir o desenvolvimento e colocar em funcionamento o Sistema Nacional de Informação e; - Definir o modelo global da Reserva Estratégica Alimentar (de produtos da cesta básica), incluindo o modelo de gestão e operativo, o modelo de aprovisionamento (com produção nacional) e de armazenamento, o sistema de controlo interno, os requisitos do sistema de informação e o modelo de reporte contratual; - Iniciar a implementação da Reserva Estratégica Alimentar.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2018- 2022

Tendo apresentado as ações por parte das agendas internacionais de combate à fome e segurança alimentar e nutricional, bem como as agendas adotadas pelo governo angolano, chega o momento de refletirmos sobre toda construção em torno do nosso construto de pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do trabalho, e o momento de sistematizar os pontos principais resultantes das informações e reflexões que a pesquisa nos proporcionou, e em seguida refletimos sobre o objetivo proposto, que é a compreensão do papel da soberania e da segurança alimentar em Angola, com foco nas agendas de luta contra a fome e segurança alimentar.

Após o estudo realizado, verificou-se que a fome e a insegurança alimentar e nutricional em Angola é uma realidade. Vemos isso através dos indicadores e informações apresentados no trabalho por meio das agendas (tanto agendas adotadas pelo governo angolano, como agendas por parte das agências internacionais) identificadas. Face esta realidade, vemos algumas preocupações em relação a superação deste quadro da fome e insegurança alimentar e nutricional por parte do governo angolano, traduzidas em iniciativas de certos setores do governo, como no caso dos Ministérios da Agricultura e da Saúde, que têm estado a estabelecer estudos, planos e estratégias de combate a este fenômeno.

Porém, levando em consideração a seriedade do problema que é a fome, é importante observá-la não como um problema a ser combatido apenas no âmbito nacional ou seja, de forma individual ou isolada, mas também de forma global. Neste sentido, é de extrema importância um esforço conjunto entre as estratégias formuladas pelos governos com as ações das agendas internacionais de combate.

Diversos são os problemas enfrentados atualmente pela humanidade que contribuem para a não erradicação total da fome, como o caso de disputas políticas, econômicas e desastres naturais. Em virtude destes problemas, tornam-se cada vez mais importantes ações no sentido de minimizar os impactos desses fenômenos.

É neste sentido que se configura a importância das agendas de soberania e segurança alimentar na luta contra a fome. Pois ao longo da sua evolução histórica e da evolução destes problemas, elas têm estado a organizar esforços, iniciativas para executar programas, estratégias, políticas de combate à fome e desenvolvimento sustentável em ordem global.

Referências

ANGOLA. Plano de desenvolvimento nacional 2018-2022. Governo de Angola, 2018.

ANGOLA. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Luanda, 2009. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_unpafangola--8-july-2014-port-final.pdf. Acesso em: 12/06/2022.

ANGOLA. Quadro de parceria entre o governo de Angola e o sistema das Nações Unidas 2019. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/201706/angola_unpaf-angola--8-july-2014-port-final.pdf. Acesso em: 12/07/2022.

ANGOLA, Unicef. A União Europeia reforça apoio ao programa de nutrição no sul de Angola. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/comunicados->

[deimprensa/uni%C3%A3o-europeia-refor%C3%A7a-apoio-ao-programa-nutri%C3%A7%C3%A3o-no-sul-de-angola](#). Acesso em 15/07/2022.

ANGOLA, Nações Unidas. Fome zero e agricultura sustentável. 2022. Disponível em: <https://angola.un.org/pt/sdgs/2>. Acesso em: 14/07/2022;

ANGOLA, Nações Unidas. Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas UNPAF 2020 - 2022. 2020. Disponível em: <https://angola.un.org/pt/97447-quadro-de-parceria-entre-o-governo-de-angola-e-osistema-das-nacoes-unidas-unpaf-2020-2022>. Acesso em: 13/07/2022.

BORGHINI, A. “Philosophy of Hunger”. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/121635>. Acesso em: 03/06/2022

CAMPESINA, Via, et al. Food sovereignty. Vía campesina, 1996.

CASTRO, J. A. Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, Achiamé, 1982.

CASTRO, J. A. de; CASTRO, A. M. de. Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Grupo Editorial Record. 2003.

DE SOUSA, Fernando. Dicionário de relações internacionais. **Edições Afrontamento, CEPESE, e autores, Santa Maria**, 2005.

EURONEWS. Angola rumo ao futuro. 2017. Disponível em: <https://pt.euronews.com/next/2017/07/03/o-boom-do-agronegocio-em-angola>. Acesso em 06/08/2022

FAO, Food and Agricultural Organization. IMF, OECD; UNCTAD, WFP. Price volatility in food and agricultural markets: Policy responses. **FAO: Roma, Itália**, 2011

FRESAN. Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. 2022. Disponível em: <https://fresan-angola.org/programa/#resili%C3%Aancia>. Acesso em: 12/07/2022

UNICEF et al. The state of food security and nutrition in the world 2021.

INE–INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Inquérito Integrado sobre o BemEstar da População. 2011.

INE–INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Pobreza Multidimensional em Angola. Julho, 2020.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís. (Org.). Fome e desnutrição: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1989.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-developmentgoals>. Acesso em: 15/07/2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição**. Roma: Conferência Mundial de Alimentação. ONU. 1974.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Texto para Discussão, 2014.

UNICEF et al. The state of food security and nutrition in the world 2021. 2021.

UNICEF. Orçamento Geral do Estado: Nutrição, Segurança Alimentação e Agricultura. 2018.

VERNON, J. **Hunger: A Modern History**. Cambridge, Massachusetts; Londres: The Belknap Press of Harvard University Press. 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Food & Agriculture Org., 2021.

WORD, Bank. O Banco Mundial em Angola. In: Angola, aspectos gerais. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>. Acesso em: 07/08/2022.